

TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-ECONÔMICAS DA ESTRUTURA FAMILIAR NO BRASIL*

Thierry Linard de Guertechin

No começo da década dos anos de 1970, os analistas da evolução da fecundidade no Brasil estavam em desacordo. Pretendiam alguns que se notava uma diminuição da fecundidade, ao passo que outros punham em dúvida uma tal observação. Estes se baseavam na ausência de uma mudança do modelo econômico produtor de desigualdade sociais, que fosse capaz de melhorar o bem-estar das populações, muito especialmente das massas desfavorecidas, verdadeiras sub-populações "marginais" (9). Ora, as PNADs feitas na década de 70 e os recenseamentos demográficos de 1970 e de 1980 confirmam um rápido declínio da fecundidade. A fecundidade começou a baixar lentamente a partir de 1965, acentuando o seu declínio nos anos 70-76.

QUADRO 1

TAXA TOTAL DE FECUNDIDADE

	1940	1950	1960	1970	1972	1973	1974 75	1976	1977	1978	1980
LEITE (8)	6,16	6,21	6,28	5,65	5,45	4,89	4,59	4,26	4,26	4,40	
MERRICK & BERQUÓ (10) (p. 20)		6,32	6,18	5,83				4,44			4,10* 4,35**

* Resultados preliminares do Recenseamento Demográfico de 1980, menos seguros que os definitivos.

** IBGE/DESPO, Informativo ABEP, Outubro-Dezembro de 1983, p. 44.

* Comunicação apresentada no colóquio sobre "LES FAMILLES D'AUJOUR D'HUI", organizado pela AIDELF, Association Internationale des Demographes de Langue Française, nos dias 17-20 de setembro de 1984 em Genebra.

Não se pode duvidar do declínio da fecundidade, da ordem de 25%, entre os dois recenseamentos, o de 1970 e o de 1980. Houve dúvida porque a medida das diferentes estimativas do nível da fecundidade se apóia na técnica de Brass, com uma ou outra adaptação do coeficiente de correção, que supõe uma fecundidade constante. "Entretanto mesmo quando esta hipótese não é rigorosamente cumprida, a técnica permite detectar tendências na fecundidade"(8) (p. 602).

Diante desta diminuição da fecundidade no Brasil, a nós nos interessa examinar as mudanças da dinâmica familiar: a idade para o casamento, a intensidade da nupcialidade, o comportamento procriador sob as suas diversas formas de anticoncepcionais, a transformação das condições de vida que afetam a dimensão e a função econômica e social da família.

1 - FECUNDIDADE E FAMÍLIA

O estudo de Merrick e Berquó(10) sobre os determinantes da queda de fecundidade põe em evidência o fato de que o principal determinante do declínio da fecundidade é essencialmente o resultado do controle da natalidade exercido na órbita marital ou familiar. O controle da natalidade exercido nos anos 60 pelas classes abastadas se generalizou, o que leva a pensar que novas atitudes e normas sobre o papel da família e sobre a sua dimensão começaram a aparecer e a se afirmar.

1.1. Intensidade e Calendário do Casamento nas Mulheres

Para medir a intensidade do celibato definitivo, é preciso excluir todas as "falsas" celibatárias. A partir de 1960, os recenseamentos demográficos brasileiros consideram a "União consensual" como tipo de união estável equivalente ao casamento. Apesar da equiparação deste tipo de união com o casamento, nota-se que no decurso destes últimos trinta anos aumenta a proporção das mulheres que se declaram celibatárias e no entanto tiveram ao menos um filho (nascido vivo). O aumento dessa proporção de acordo com a idade representa um fato significativo.

QUADRO 2

PROPORÇÃO DE MULHERES "CELIBATÁRIAS" QUE TÊM OU TIVERAM UM FILHO OU MAIS DE UM SOBRE CEM MULHERES "CELIBATÁRIAS", EM PORCENTAGEM

Groupe d'âge	1950	1960	1970	1976	1980
15 - 19	1,7	0,4	0,7	1,5	1,6
20 - 24	10,0	2,4	3,8	6,0	7,7
25 - 29	22,3	5,5	8,7	10,2	14,1
30 - 39	34,3	8,8	14,6	17,9	19,9
40 - 49	38,7	10,9	16,3	23,5	22,3

Fontes: — Merrick & Berquó(10) p. 32;
— IBGE, Censo demográfico 1980.

Esta crescente proporção com a idade das mães celibatárias indica que uma parte dessas mulheres foram realmente implicadas em "uniões consensuais" durante um certo tempo e depois foram reduzidas ao estado celibatário devido ao abandono ou à morte do "cônjuge"(11) p. 12-15). Não se trata de equiparar esse fenômeno de "ligações instáveis" com a realização de um modelo alternativo oposto ao ou fora do clássico modelo conjugal. Este fenômeno "corresponde a situação de fato de amplos segmentos da população urbana mais pobre, especialmente a de origem escrava e certamente indica uma tendência que se manifestou sempre que as condições de sobrevivência se tornaram extremamente precárias... Os arranjos domésticos precários constituem a realização precária, fragmentada ou deformada do modelo vigente, com sua valorização do laço conjugal"(4) (p. 41).

Excluindo do celibato tanto as "uniões consensuais" como as mulheres celibatárias com pelo menos um filho, nota-se que a intensidade do celibato, calculado de acordo com a proporção estimada das celibatárias com 50 anos, baixa ligeiramente e regularmente, na ausência da mortalidade.

1950	1960	1970	1980
8,17%	7,77%	7,29%	6,37%

ao passo que a média da idade da primeira união permanece relativamente estável.

QUADRO 3

IDADE MÉDIA AO "CASAR" E AO PRIMEIRO NASCIMENTO

	1950 ^{**}	1960*	1970*	1976*	1980 ^{**}
Idade ao Casar (1)	22,17	22,11	22,91	23,33	22,18
Idade ao primeiro nascimento (2)	22,82	22,42	23,28	23,84	22,95
Diferença (2) - (1)	± 8 meses	± 4 meses	± 4,5 meses	± 6 meses	± 9 meses

Fontes: * Merrick & Berquó (10) (p. 34);

** Recenseamentos demográficos.

Nas conclusões do seu estudo sobre as variantes da nupcialidade nas Unidades da Federação do Brasil, SILVA sugere que "o desenvolvimento cronológico do casamento parece estar associado mais estreitamente com as condições econômicas facilitadoras do casamento; a quantidade do casamento está estreitamente associada com a disponibilidade de parceiros..." (p. 22).

Parece difícil equiparar o modelo de nupcialidade do Brasil ao modelo "tradicional" do casamento precoce e universal proposto por HAJNAL (6) e retomado por NIXON (2). O casamento considerado como fim e valor não tem correlação com uma idade média bastante tardia e um índice permanente de celibato relativamente elevado com relação aos modelos dos outros países, o que contraria os resultados de NIXON criticado por SILVA (11). Em razão destas observações, pode-se excluir a idade do "casamento" e sua intensidade como sendo determinantes da queda de fecundidade recente e futura. Confirmando a diminuição do celibato permanente e a queda fraca da idade para o casamento, pode-se notar em 1980 em comparação com 1970:

- um aumento das mulheres, que tiveram filhos nascidos vivos (1970: 62%, em 1980: 65%);
- um declínio nos partos, isto é, uma queda do número médio de nascidos vivos por mulher (1970: 3,10; 1980: 2,90), assim como do número médio de filhos nascidos de cada mulher que teve pelo menos um filho (1970: 5,00; 1980: 4,47).

1.2. Fecundidade Segundo a Idade

De 1970 a 1980, as taxas específicas da fecundidade por grupos etários diminuíram, com exceção do 1º grupo etário. Uma nova curva de

fecundidade começa a aparecer com a queda mais acentuada da fecundidade das mulheres mais idosas, que são, numa proporção maior, casadas.

1.3. Fecundidade Marital e Família

Merrick & Berquó (10), utilizando o método de estandardização do manual IX das Nações Unidas (*) invoca para o período de 1970-77 como fator determinante da queda da fecundidade das mulheres "casadas", o controle da natalidade efetuado pelas mães de família por meio do uso dos métodos anticoncepcionais e da esterilização (e do aborto). Retomando os dados de Merrick e Berquó (10) (p. 36), a queda da fecundidade marital é importante e generalizada, tanto no meio urbano, como no rural, sendo acentuada sobretudo nas populações de baixa renda.

QUADRO 4

TAXA TOTAL DA FECUNDIDADE "LEGÍTIMA"

Anos	1960	1970	1976	1980
Número de nascidos vivos	9,29	9,27	7,06	6,44*

* Provavelmente este resultado é ligeiramente subestimado por causa da amostra problemática dos resultados preliminares do recenseamento de 1980.

2 - ESTRATÉGIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DA UNIDADE FAMILIAR

O controle da fecundidade na órbita marital revela a importância da unidade familiar. A decisão de procriar, tornada possível com o uso dos meios anticoncepcionais no mercado, depende de uma decisão familiar. Como o afirma Merrick, "a família é a instituição que sustenta os membros improdutivos da sociedade e, nesse sentido, influencia a redução de desigualdades de rendas"(7) (p. 97).

Na realidade, se se atribui à decisão familiar um papel que determina o número da procriação, a redução das desigualdades das rendas não

* Metodologia das medidas de efeito exercido sobre a fecundidade pelos programas de Planejamento familiar.

resiste à análise dos fatos. Se comparamos a evolução, de 1970 a 1976, da distribuição da renda da população economicamente ativa com a distribuição da renda familiar, verificamos que a diminuição do tamanho da família e a participação mais elevada dos membros da família com a população ativa, não impedem uma tendência a concentrar a renda tanto individual como familiar.

QUADRO 5

ÍNDICE DE GINI

	1970	1976
Renda familiar	0,564	0,590
Renda individual da população ativa	0,552	0,590

Fonte: IBGE, Indicadores Sociais, Relatório 1979, p. 207.

A estratégia familiar acionada consiste em empregar mais de um membro da família e em reduzir o número dos dependentes.

2.1. Tamanho da Família e sua Atividade Econômica

Acompanhando a queda geral da fecundidade, o tamanho da família diminuiu e esta tendência se acentuou nestes últimos anos, tanto no meio urbano como no meio rural.

QUADRO 6

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR FAMÍLIA

	1950	1960	1970	1980	Δ 1950-60	Δ 1960-70	Δ 1970-80
Pop. total	5,13	5,12	4,85	4,40	- 0,19%	- 5,27%	- 9,28%
Pop. urbana	4,91	4,80	4,62	4,23	- 2,24%	- 3,75%	- 8,44%
Pop. rural	5,27	5,40	5,18	4,81	+ 2,47%	- 4,07%	- 7,14%

Fonte: Recenseamento demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980.

Paralelamente a esta diminuição do tamanho da família, nota-se um notável aumento (94%) da incorporação dos cônjuges dos chefes de família à força do trabalho.

QUADRO 7

PORCENTAGEM DOS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE CONTRIBUEM PARA A RENDA FAMILIAR DE ACORDO COM A RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DE FAMÍLIA

Ano	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outros	Total
1970	55,34	5,14	30,16	9,56	100
1980	51,22	9,95	30,89	7,94	100

Fonte: Recenseamentos demográficos de 1970 e de 1980.

A proporção constante dos filhos que trabalham é somente aparente, porque, de fato, se deu uma queda relativa significativa do número de famílias que têm filhos dependentes.

QUADRO 8

PROPORÇÃO DAS FAMÍLIAS COM E SEM FILHOS DEPENDENTES. NÚMERO DE FILHOS DEPENDENTES POR FAMÍLIA

Anos	Famílias sem dependentes	Famílias com dependentes	Número de dependentes por família (total)	Número de dependentes por família tendo ao menos um dependente
1970	27,64%	72,36%	1,86	2,58
1980	39,84%	60,16%	1,53	2,55

Fonte: Recenseamentos demográficos 1970 e 1980.

O aumento da proporção das famílias sem dependentes, ou a diminuição das famílias com dependentes representa uma incorporação mais importante e mais precoce dos filhos na força do trabalho.

2.2. Taxa de Atividade dos Membros da Unidade Familiar

Quando observamos a evolução das taxas de atividade, por grupos etários dos filhos, é a importância crescente do trabalho das filhas menores que nos chama a atenção.

QUADRO 9

TAXA DE ATIVIDADE DOS FILHOS DE 10 ANOS E MAIS (EM PORCENTAGEM)

Grupos etários	1970		1980	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 - 14 anos	18,88	5,35	19,98	7,69
15 - 19 anos	60,24	21,81	62,92	31,08
20 - 24 anos	82,85	39,35	85,04	55,63
25 - 29 anos	88,50	45,70	89,10	64,05
TOTAL	49,60	18,70	52,56	27,26

Fonte: Recenseamentos demográficos de 1970 e de 1980.

Quando observamos as taxas de atividade das mulheres, no seu conjunto, segundo o estado civil, verificamos que é significativo o aumento absoluto e relativo das mulheres que trabalham.

QUADRO 10

TAXA DE ATIVIDADE DE MULHERES DE 15 ANOS E MAIS SEGUNDO O ESTADO CIVIL

	Total	Celibatárias	"Casadas"	Separadas viúvas
1970	20,6	36,2	10,1	27,5
1980	29,9	46,7	19,9	29,5
Aumento relativo de 1970 à 1980	45%	29%	97%	8%

Fonte: Recenseamentos demográficos de 1970 e de 1980.

Em 10 anos, a proporção das mulheres "casadas" que trabalham praticamente duplicou, fato este que coloca em evidência uma mudança da função econômica da família e introduz uma mudança sócio-cultural. Na família tradicional, a distribuição dos encargos era bem definida. O homem, como chefe da família, detinha o monopólio da função do sustento econômico. Agora, acontece que o salário do chefe de família não basta mais para sustentar a família quando se trata de famílias de baixa renda.

2.3. Nível de Vida e Renda Familiar

A importância crescente da contribuição dos filhos e das mães de família para a renda familiar é o resultado forçado da degradação do salário mínimo legal. As condições econômicas da família impõem novos encargos aos membros da família.

QUADRO 11

ÍNDICE DO SALÁRIO MÍNIMO E DO PIB PER CAPITA

	1940	1950	1960	1970	1980
Índice do salário-mínimo (1)	98,02	39,84	100,30	68,93	61,66
PIB per capita (2)	100	135,69	195,19	264,83	465,24
(2) : (1)	1,02	3,42	1,95	3,84	7,55

Fonte: DIESSE, Ano VII, nº 5, 1981.

O salário-mínimo entrou em vigor em 1940 e está baseado sobre o valor do custo das despesas diárias familiares por um trabalhador adulto. Em 1968, a família foi incluída somente a título de "compensação" quando se estabeleceu o "salário-família", valor este correspondente a 5% do salário-mínimo, por filho vivo e menor de idade de 14 anos. A necessidade de fazer trabalhar mais um membro da família é representada na década de 1970 pela evolução da distribuição das famílias pelo número das pessoas ocupadas e com renda.

Pessoas ocupadas por família	0	1	2	3 e +	Total
1970	9,2	59,5	18,9	12,4	100
1977	9,6	47,4	24,5	18,5	100

Fonte: IBGE, Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil, p. 99.

Número de pessoas com renda/família	0	1	2	3 e +	Total
1970	3,6	67,4	18,6	10,4	100
1980	1,9	57,5	25,4	16,1	100

Fonte: Recenseamentos demográficos de 1970 e de 1980.

A contribuição dos membros da família aumenta em termos absolutos e em termos relativos. Em 1970, sobre 100 famílias, $\pm 73\%$ dos chefes de família tinham uma renda que ia até 2 salários mínimos e a contribuição dos outros membros da família permitia a $\pm 5\%$ dessas famílias ultrapassar a fronteira de dois salários mínimos. Em 1980, a contribuição dos outros membros da família permite a 14% dessas famílias dispor de uma renda superior a dois salários mínimos, ganhando o chefe de família uma renda igual ou inferior a 2 salários mínimos (2 SM).

	(1) % dos chefes de família ganhando uma renda inferior ou igual à 2 SM	(2) % das famílias ganhando uma renda inferior ou igual à 2 SM	(1) - (2)
1970	± 73	68	5
1980	58	44	14

Fonte: Recenseamentos demográficos de 1970 e de 1980.

Para medir a fraqueza do poder aquisitivo da unidade familiar, consideremos o tamanho da família em função da renda familiar e das despesas familiares.

TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA SEGUNDO A RENDA FAMILIAR (EM SM)

	sem renda	≤ 1	> 1 à ≤ 2	> 2 à ≤ 5	> 5 à ≤ 10	> 10	sem declaração
1970	2,1	4,6	5,2	5,2	4,9	5,2	5,3
1976	2,7	3,8	4,6	4,9	5,0	4,7	5,1

Fonte: IBGE, Indicadores Sociais, p. 56.

TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA SEGUNDO A CLASSE DAS DESPESAS GLOBAIS (MONETÁRIAS E NÃO MONETÁRIAS) EM 1974

	< 1 SM	1 à 2 SM	2 à 3,5 SM	3,5 à 5 SM	5 à 7 SM	+ de 7 SM	Média
Tamanho médio	3,2	4,7	5,4	5,4	5,5	± 5	5
Distribuição das famí- lias em %	11,5	20,9	21,5	13,3	19,6	22,6	100

Fonte: IBGE, Indicadores Sociais, p. 241.

As famílias que dispõem de uma renda familiar inferior a 3,5 salários mínimos sofrem de um nível de vida que se pode qualificar de estado de pauperismo (54% das famílias em 1974). O impacto das despesas não monetárias atenua o nível de miséria. Quanto mais fraco é o nível de despesa global, tanto mais elevada é a parte não-monetária, que representa 34,1% das despesas de menos de um SM; 29,2% das despesas de 1 a 2 SM de 20,6% de 2 a 3,5 SM; sendo a média de 15,7% para o conjunto das rendas familiares do Estado do Rio de Janeiro (ver Indicadores Sociais, relatório de 1979).

3 - TIPOS DE FAMÍLIA

Não é possível entender a dinâmica familiar de hoje com a diferenciação das suas funções reprodutoras, econômicas e políticas, sem lembrar brevemente as raízes históricas da instituição familiar dominante. Durante o Brasil-Colônia e o Brasil-Império o modelo dominante

no sentido político e cultural é a família "patriarcal". Esta a começar do núcleo conjugal se estende para ocupar e dominar o espaço sócio-econômico e político. Esse grupo de famílias é, na realidade, uma minoria que vai articular em redor dela relações de dependência sob a forma de a padrinagem, de clientelismo, etc... A função dos "dominados" se reduz à reprodução biológica (procriadora e alimentadora). A estrutura social refletida pelo primeiro recenseamento brasileiro já lembra a distribuição atual da população segundo a renda familiar. Em 1872, a população brasileira se compunha de acordo com DUARTE (3) de:

- 15% de escravos;
- de 4 a 10% indígenas;
- de 50% de pequenos agricultores autônomos vivendo em economia de subsistência e/ou em dependência de grandes propriedades;
- de 15 a 20% de pequenos comerciantes, empregados, domésticos;
- de 3 a 4% de "patrões", senhores de escravos, grandes proprietários e de negociantes.

Em 1976, de acordo com os dados fornecidos em 1979 pelo IBGE (Indicadores Sociais, p. 207).

- o 1% das famílias mais ricas recebiam 17% do conjunto da renda;
- os 10% das famílias mais ricas recebiam 48,1% do conjunto da renda;
- os 50% das famílias mais pobres recebiam 12,6% do conjunto da renda.

Os sociólogos da família como CÂNDIDO (1) (p. 131) e GOODE (5) (p. 88) associam as famílias estendidas ou extensas no meio rural socialmente pouco organizado e pouco complexificado. Em outros termos, o tipo de família em relação com a integração ou não integração da família nas estruturas da sociedade. A família conjugal ou família nuclear seria a família "tipo" das sociedades industriais. Ora, o que chama a atenção no Brasil, país industrializado tardiamente, é a permanência de uma família qualificada de extensa ou estendida e isto em proporções mais elevadas no meio urbano do que no meio rural.

De 1960 a 1980, está bem clara a estabilidade dos tipos da família:

QUADRO 12

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O TIPO EM %

	nuclear	extensa	unipessoal	mal definida
1960	68,9	25,6	5,3	0,2
1980	68,6	25,3	6,1	—
1980 (urbana)	67,1	26,6	6,3	—
1980 (rural)	72,3	22,3	5,4	—

Fontes: — para 1960: LOPES: Valdecir F. "Introdução ao Estudo da Família no Brasil, com base no Censo Demográfico de 1960"; IBGE, *Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais*, 1976, p. 460.

— para 1980: Recenseamento demográfico, 1980.

- Notas: 1) "nuclear" quando o chefe de família reside no domicílio, com pelo menos um filho ou mais de um, sendo estes celibatários, ou os dois cônjuges com ou sem filhos celibatários;
- 2) "extensa" quando além da família nuclear reside no mesmo domicílio pelo menos uma outra pessoa, seja ela parente ou não;
- 3) Nesta classificação não tem influência o fato de haver empregados domésticos porque não são considerados para discriminar o tipo de família;
- 4) Apesar de observações críticas pondo em dúvida a comparabilidade dos dados de 1960 com os de 1980, é bom assinalar que a unidade de análise aqui utilizada é a "unidade de convivência domiciliar". A amostra do censo de 1960 foi de 173.620 *domicílios*. (ver LOPES op. cit. p. 455).

Com o desenvolvimento da industrialização e do urbanismo esperava-se um aumento da família nuclear e uma diminuição das solidariedades sócio-culturais da sociedade tradicional com, de uma parte, a redução do papel da família na sua órbita emocional e com, de outra parte, a diversificação das funções sociais dos membros da família. Ora, o que se nota é a permanência importante do laço de parentesco no sentido largo, que inclui os não-parentes. É uma solidariedade social que não deixa de lembrar o clientelismo ou outras formas de dependência: ela se mantém como condição de sobrevivência econômica e social.

Dois fatores concomitantes merecem ser ressaltados: o primeiro é a importância do papel acrescido da renda familiar para enfrentar as despesas comuns. A este respeito, as estatísticas dos domicílios são enganosas, uma vez que "a estrutura familiar extensa" persiste pois agora como "grupos solidários de famílias nucleares que residem na mesma localidade" (12) (p. 129). O segundo fator ligado ao primeiro provém das migrações. O grupo familiar predomina na migração com uma ou outra pessoa parente ou não. "As proporções de agregados e pensionistas com tempo de residência coincidente ao do chefe (de família) são altas para migrantes recentes (70,8% para chefes migrantes com 0-2 anos de residência)" (7) (p. 86). Com o tempo, as famílias se reestruturam, por causa da saída de um ou outro membro da unidade familiar e/ou por causa da integração de outros membros parentes ou não (migração induzida). O papel da renda familiar se coloca mais em termos de estratégia de sobrevivência e menos em termos de melhoramento do nível de vida. E "há uma relação direta e consistente entre as proporções de agregados pensionistas não-naturais e a renda familiar" (7) (p. 87).

CONCLUSÕES

A queda da fecundidade e a concomitante diminuição do tamanho da família revelam mudanças de atitude e de mentalidade, tanto em nível familiar como em nível coletivo, isto é societário. Não parece que estas mudanças tenham a sua origem num processo de modernização dentro do quadro de uma transição demográfica semelhante à transição dos países desenvolvidos. A queda da fecundidade acelerou-se, nos anos 70, nas famílias de baixa renda. O processo em curso parece pois uma resposta às dificuldades crescentes de uma ordem econômica que afetam os casais. A crise econômica da unidade familiar obriga a praticar uma estratégia de sobrevivência por meio do trabalho das mulheres e dos filhos e por meio de um controle da fecundidade com a finalidade de assegurar na órbita familiar a renda per capita e deste modo compensar a queda do poder aquisitivo do salário do trabalhador. A intensidade da nupcialidade, incluindo todas as formas de união, se mantém praticamente constante, mas uma degradação sócio-cultural é perceptível pelo aumento das uniões consensuais, pela diminuição relativa da união legal, o que constitui um sinal de uma inadequação, herdada da época colonial, da falta de integração da esfera familiar na sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA

- (1) CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*, Livraria José Olímpio Editora, 1964.
- (2) DIXON, Ruth, "Explaining Cross. Cultural Variations in Age at Marriage and Proportions Never Marrying", *Population Studies*, vol. 25, nº 2, Julho 1971.
- (3) DUARTE, Nestor, *A ordem privada e a organização nacional*, Cia. Ed. Nacional, 1939.
- (4) DURHAM, Eunice, "Família e Casamento", *III Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1982, pp. 31-49.
- (5) GOODE, William, J., *A Família*, Livraria Pioneira Editora, 1970.
- (6) HAJNAL, John, "Age at First Marriage and Proportions Marrying", *Population Studies*, vol. VII, nº 2, Novembro 1953.
- (7) IBGE, "O quadro das famílias em domicílio de chefe migrante e natural", *Estudos e Pesquisas*, v. 2, p. 149.
- (8) LEITE, Valéria da Motta, "Níveis e tendências da mortalidade e da fecundidade no Brasil a partir de 1940, *II Encontro de Estudos Populacionais*, ABEP 1980, pp. 581-609.
- (9) LINARD DE GUERTECHIN, Thierry, "Contrôle de la natalité des populations 'marginales' au Brésil", *Démographie et destin des sous-populations*, AIDELF nº 1, 1983, pp. 441-445.
- (10) MERRICK, Thomas W. et BERQUÓ, Elza, *The Determinants of Brazil's Recent Rapide Decline in Fertility*, National Academy Press, Washington D.C., 1983, pp. 241.
- (11) SILVA, Nelson do Valle, "Padrões de Nupcialidade no Brasil (1940-1970)", *Boletim Demográfico*, v. 9, nº 4, abril-junho 1979, IBGE, Rio de Janeiro.
- (12) WILLEMS, Emilio, "The Structure of the Brazilian Family", *Social Forces* 1953, vol. XXXI, nº 4, pp. 339-345, citada por LOPES, Juarez Ruben Brandão, *Desenvolvimento e Mudança Social*, Companhia Editora Nacional, 5ª edição, 1980.